

A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO-NAÇÃO E A CRÍTICA PÓS-COLONIAL:
o surgimento da história crítica em Moçambique¹

THE SOCIAL FORMATION OF NATION-STATE AND POSTCOLONIAL CRITIQUE:
The emergence of critical history in Mozambique

LA FORMACIÓN SOCIAL DEL ESTADO- NACIÓN Y LA CRÍTICA POSCOLONIAL: el
surgimiento de la historia critica en Mozambique

MILTON CORREIA

Doutorando em História Social/Universidade de São Paulo.

Professor do Departamento de História da

Universidade Pedagógica em Maputo

Mocambique, África

miltoncorreia@usp.br

Resumo: Neste artigo, debruçamo-nos sobre a temática de formação social do estado-nação em Moçambique, pensando na sua atualidade, no país, e olhando como é que a academia moçambicana vem respondendo às relações dinâmicas entre a sociedade, história e política. Em nossa análise, abordamos discursos políticos e narrativas nacionalistas, bem como asserções categóricas sobre a existência ou não existência da nação em Moçambique, sem deixar de alargar a visão para a condição pós-colonial dos estados independentes africanos.

Palavras-chave: Moçambique. Nacionalismo. Estado-nação.

Abstract: In this article we focused on the theme of social formation of the nation state in Mozambique, thinking about its current situation in the country and looking at how the Mozambican academy has responded to dynamic relations between society, history and politics. In our analysis, we address political speeches and nationalist narratives, as well as statements about the existence or non-existence of the nation in Mozambique, while extending the vision for the post-colonial condition of independent African states.

Keywords: Mozambique. Nationalism. Nation-state.

Resumen: Este artículo discute la temática de formación social del estado-nación en Mozambique, observándolos hechos actuales del país y cómo la academia de Mozambique contesta a las relaciones dinámicas entre sociedad, historia y política. Nuestro análisis aborda discursos políticos y narrativas nacionalistas, así como aserciones categóricas sobre la existencia o no de la nación en Mozambique, sin extender la visión para la condición pos colonial de los estados independientes africanos.

Palabras clave: Mozambique. Nacionalismo. Estado-nación.

And yet, History could be of great value to the democratic process. It could help to show that it is not just the future that is open to a myriad of possibilities. The past, permanently open to revisit, is nothing like a fixed, closed, definitive and one-dimensional artefact; it is an open work under permanent repair. In this sense, it has to be retrieved not as a navigation chart, not as a *carte blanche*; not as a political weapon but for what it really is: a past to be shared for all².

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em junho de 2015.

² COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique: a set of epistemological notes. *Kronos*, Madrid, v. 39, n. 1, p. 31, jan. 2013.

O paradigma do nacionalismo autoritário

Tal como os demais processos nacionalistas, o nacionalismo moçambicano se caracterizou pela articulação do mito e pragmatismo. Em relação ao mito, destaca-se a tese do Dr Eduardo Mondlane segundo a qual a “experiência colonial comum”³, em Moçambique, constitui a base histórica sobre a qual se deveria reconhecer a legitimidade política do movimento nacionalista no país, representado pela Frelimo, como também da luta de libertação nacional e da formação do estado independente. Na essência, o mito deriva da concepção política adotada pela FRELIMO segundo a qual, com a sua fundação em 25 de Junho de 1962, na Tanzânia, ela se constituíra na única autoridade política, cuja legitimidade na luta pela independência moçambicana e formação do estado-nação, era justificada por ela ser a consagração contemporânea da luta secular da qual se tornara herdeira:

A resistência histórica do nosso Povo à dominação estrangeira inicia-se com as primeiras tentativas colonialistas de conquista e dominação dos Estados soberanos que existiam na nossa Pátria. É na tradição da resistência multissecular que se enraiza o espírito patriótico do nosso Povo, a linha patriótica da FRELIMO. Evocamos, pois esta dimensão é relembrar uma herança fundamental de que a FRELIMO se tornou a *única e legítima herdeira e continuadora*⁴.

No segundo caso, em relação ao pragmatismo, referímo-nos ao paradigma do nacionalismo autoritário, que se entende, neste texto, como sendo o projeto político da Frelimo de formação do estado, que reconhece a condição legitimatória que reside na imaginação nacional. Nesse projeto de formação de estado em Moçambique, a imaginação nacional, figura como a base social da moçambicanidade, apresentada no discurso político como o vínculo histórico ou mítico da unidade nacional e justificativa da integridade territorial da ex-colónia.

Não obstante a importância atribuída na tese do Dr Eduardo Mondlane, em relação à origem do nacionalismo moçambicano, tanto quanto nos parece, o mito terá se revelado inaplicável, em termos práticos, eventualmente, ao nível interno, como figura legitimatória do ideário de unidade nacional e integridade territorial. Daí, que se pode

³ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977. p. 107.

⁴ FRELIMO. Documentos do 3º Congresso da FRELIMO/Relatório do Comité Central ao 3º Congresso/O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Maputo: s/d, p. 9. (grifos do autor).

observar que o projeto político da Frelimo desloca a pedra mágica da sua legitimidade política do passado para o futuro ou utopia, do mito para o pragmatismo.

Talvez seja por essa razão que, a tese do “paradigma de modernização autoritária”⁵ denota que o pragmatismo do estado-nação moçambicano está representado como o “fio condutor do projeto político da Frelimo”⁶. Assim, para Michel Cahen, “[...] só a «nação» pode operar a legitimação moderna de Moçambique, tal como ele é, na sua definição colonial [...]”⁷ (sic). Jason Sumich observa da mesma forma: “Instead of being based on some sort of primordial connection that bound Mozambique’s diverse peoples together, it was a vision of a nation as of yet uncreated, a nation not built on glorious past but on a radiant future still to come”⁸.

Essa transição do mito para o pragmatismo indica que a própria Frelimo, a partir de um determinado momento, ao longo do processo da luta armada, estabelece o estado-nação como a efetiva condição do seu projeto político de converter a Moçambique colonial em um estado moçambicano independente. O que, talvez, explicaria a centralidade do discurso de modernidade e o seu carácter autoritário, em detrimento da mítica “fonte de unidade nacional”⁹, derivada do “sofrimento comum”¹⁰ do passado colonial, tal como menciona Dr Eduardo Mondlane.

Desde o início da sua fundação, em Junho de 1962, os objetos do paradigma do nacionalismo autoritário da Frelimo foram a consagração da integridade territorial da ex-colónia de Moçambique e a formação do estado-nação independente. A característica do processo político, desenvolvido ao longo da luta armada, nas negociações para a descolonização e após a independência do país, foi o autoritarismo político, cujas formas autoritárias foram o próprio nacionalismo, o regime de centralismo democrático, intitulado de socialista ou marxismo-leninista e o que designaríamos de euforia dos assimilados.

Tal como teria acontecido, de modo geral, nas outras ex-colónias da África, o princípio autoritário do nacionalismo moçambicano foi o de que o nacionalismo adotado pela Frelimo era a única via da descolonização e libertação do jugo colonial português. Tendo

⁵ CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. In: CASTELO, Cláudia et al. *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio*. Instituto de Ciências Sociais-Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa, 2012. SUMICH, Jason. An imaginary nation: nationalism, ideology & the mozambican national elite. In: MORIER-GENOUD, Eric. *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill, 2012.

⁶ CAHEN, op.cit., p. 51.

⁷ Ibid, p. 51.

⁸ SUMICH, op.cit., p. 129.

⁹ MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977. p. 107.

¹⁰ Ibid., p. 107.

sido, nestes termos, utilizado pela Frelimo no plano internacional da descolonização. Por seu turno, o regime de centralismo democrático caracterizou o mecanismo político de detenção do poder efetivo no processo interno de estabelecimento do estado independente no país.

Se, por um lado, o nacionalismo, tal como foi adotado pela Frelimo, esteve enquadrado nos termos consagrados pela hegemonia das ex-potências colonizadoras, bem como no contexto internacional das descolonizações que ocorriam na Ásia, por outro lado, o regime de centralismo democrático, mecanismo político local adotado no estabelecimento territorial do estado, foi desagradável, no seio das localidades, sobretudo políticas, pré-existentes no país. Desagrado esse, apontado como componente significativo dos conflitos que se desencadearam em guerra civil, no país. É notável, na generalidade de casos similares em África, que o carácter fragmentário do tecido social e político, provocado pelas guerras civis, não resultou na desintegração territorial das ex-colónias.

Por último, a euforia dos assimilados designaria o fenómeno revolucionário caracterizado pela concepção política da cultura moçambicana, que se desenvolveu no seio da liderança da Frelimo, provavelmente, por via de algumas proeminentes figuras que, pelo seu estatuto de assimilado, tiveram associações com partidos socialistas na Europa (sobretudo Portugal e França), onde frequentaram os estudos superiores. No âmbito das associações políticas que desenvolveram antes da formação da Frelimo, algumas figuras da liderança da Frelimo estiveram enquadradas na rede de circulação de ideias socialistas e nacionalistas, que envolvia intelectuais africanos e asiáticos, sobretudo das colónias portuguesas. A referência cultural desses assimilados moçambicanos era a sociedade urbana colonial portuguesa. Se, por um lado, a experiência social de discriminação no meio urbano colonial produziu neles, sob condição de assimilado, a consciência política de pertença, autonomia e, no contexto em estudo, a consciência política de independência, por outro lado, estiveram sujeitos à noção colonial que atribuía um carácter retrógrado e impropriedade das tradições rurais africanas. Por isso, talvez, se possa indagar: como seria possível dissociar a negação política, pela Frelimo, da tradição das histórias políticas regionais¹¹, da visão genesíaca que pretendeu estabelecer o início da história do país a partir da luta armada pela independência? Ou dissociar essa negação do intuito de se erigir a narrativa de legitimidade política de uma concepção de cultura moderna e eletismo?

É assim que Jason Sumich analisa o processo histórico de reprodução do poder político que se desenvolveu no seio de uma proeminente linha de assimilados moçambicanos

¹¹ ISAACMAN, Allen F. *The tradition of resistance in Mozambique: anti-colonial activity in the Zambesi valley 1850-1921*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1976.

que, gozando de relativa instrução subalterna no contexto do estado colonial, erigiu-se em elite nacionalista e detentora do poder de controle do estado independente moçambicano. Nessa análise, Sumich aponta a resiliência da narrativa que legitimou a euforia desta cultura “moderna” e elitista e a flexibilidade política, que a tem caracterizado, com a abertura ao neo-liberalismo que o país vive:

In Mozambique, modernism nationalism operates as a local category growing from the social experiences of many members who went on to form the nationalist leadership and it has survived the fall of socialism and provides a sense of mission for elites and a justification of their status and power¹².

O carácter eufórico dessa concepção política da cultura foi contextual e a flexibilidade de sua narrativa é observável com a transição da época da revolução “socialista” para o neo-liberalismo no país. No entanto, é preciso pensar que tal flexibilidade caracteriza-se por ser pela renovação, porque decorre da própria origem histórica da elite que controla o estado moçambicano. Se pensarmos que a burguesia, no seu conceito ocidental, é uma classe, sobretudo, económica, que emerge na política dos estados, produzindo reformas estruturais convenientes ao processo de sua reprodução de classe, a elite política moçambicana emerge da luta nacionalista para o controle do estado independente, reproduzindo-se pela resistência em promover reformas estruturais do estado – que foi e tem sido a base material de sua ascensão de classe.

Para Dr Eduardo Mondlane, um dos fundadores da Frelimo e seu primeiro presidente até a data de sua morte (3 de Fevereiro de 1969), na Tanzania, a declaração de auto-conclamação da Frelimo, como a única autoridade política legítima, no processo de luta pela independência de Moçambique, deveu-se à colonização portuguesa racial e obscurantista, responsável pela situação de quase inexistência de negros africanos com grau de instrução relevante, em Moçambique, capazes de constituírem um campo político competitivo, no contexto do nacionalismo moçambicano. Por esse fato, para si, a Frelimo apresentava-se como a única força política capaz de conduzir o desígnio libertário, declarado nacionalista, no país¹³.

Para ele, era impensável que, em face da necessidades de formação intelectual e técnica de moçambicanos (no contexto da luta armada, em curso no país desde Setembro de

¹² SUMICH, op.cit., p. 147.

¹³ MONDLANE, Eduardo. A Brief Account of the Situation of the Mozambican Students Abroad and of Their Participation in the Struggle for National Liberation. Dar-es-Salaam. *African Historical Studies*, Boston University, v. 2, n. 2, p. 319-333, dez. 1969.

1964), se desenvolvesse, no seio dos estudantes moçambicanos, no exterior e nas escolas criadas pela FRELIMO na Tanzânia, seja qual fosse a oposição política à FRELIMO. Porquanto, para ele, a formação intelectual e técnica dos moçambicanos, no contexto da luta armada, em curso no país, deveria ser um “ato revolucionário”¹⁴ nos termos definidos pela sua liderança.

In the context of the struggle for the national liberation of Mozambique, WHICH IS OUR HISTORIC TASK IN THE PRESENT PHASE, because FRELIMO and only FRELIMO KNOWS [and] understands the real motivations of the People and clarifying their historic objectives; [only FRELIMO knows how] TO ORGANIZE, TO UNITE, TO EDUCATE THE PEOPLE POLITICALLY AND TO PREPARE THEM MILITARILY, BECAUSE FRELIMO AND ONLY FRELIMO WAS CAPABLE OF DEFINING STRATEGY AND TACTICS ADEQUATE IN ORDER TO UNLEASH, DEVELOP, TO CONSOLIDATE, TO EXTEND AND TO CARRY TO SUCCESS THE ARMED STRUGGLE OF NATIONAL LIBERATION; FRELIMO [therefore] APPEARS AS THE INCARNATION OF THE WILL AND ASPIRATIONS OF THE MOZAMBICAN MASSES, THE DEPOSITORY OF NATIONAL SOVEREIGNTY AND LEADERSHIP FOR THE FATHERLAND¹⁵ (sic).

Pode-se compreender que essa auto-conclamação seria válida, face a situação contingente de ausência de forças políticas concorrentes no contexto nacionalista moçambicano, visto que a Frelimo foi fundada como a união de três movimentos nacionalistas pré-existentes no exílio, nomeadamente: UDENAMO, MANU e UNAMI. Mas, certamente que ela estaria longe de congregar a totalidade das forças inteligentes do país, voltadas para o acompanhamento do processo nacionalista. Quer dizer que a validade da legitimidade política dessa autoridade, declarada pela Frelimo, teria que ser reconhecida como sendo eventual, em face de tal contingência.

Contudo, parece notável que o autoritarismo político da Frelimo decorria da presunção segundo a qual, o despreparo político e a ausência de campo político competitivo, referidos acima, constituíam a razão em si mesma, a justificativa do autoritarismo político, no que tange aos desígnios da Frelimo, concernentes ao processo da luta anti-colonial e ao futuro estado independente. Presumindo, nessa lógica, que os desígnios declarados pela Frelimo expressariam a indisputável vontade de libertação anti-colonial, equivalente, tanto com a independência nacional, como com o ideário de regime político defendido pela Frelimo. Daí, que o próprio Eduardo Mondlane, enquanto presidente da FRELIMO, declarara, em 1967, que a Frelimo seria a encarnação do povo moçambicano.

¹⁴ Ibid., p. 327.

¹⁵ Ibid., p. 327-328.

Tanto quanto nos parece, o autoritarismo político da Frelimo fundava-se na presunção imanente, na lavra do próprio Dr. Eduardo Mondlane, ou na da sua liderança na Frelimo, segundo a qual é a Frelimo que define o povo moçambicano, não o contrário; muito menos dever-se-ia questioná-la. Mais precisamente: ou se pertence à Frelimo ou não se identifica com ser moçambicano. Tal como se pode constatar, na carta que escrevera em Dezembro de 1967, em Dar-es-Salaam, dirigida aos estudantes moçambicanos que se encontravam a estudar no exterior e no Instituto Moçambicano, este último localizado na Tanzania,

FRELIMO APPEARS AS THE WILL OF THE FATHERLAND; ITS LEADERSHIP CANNOT BE QUESTIONED, BECAUSE IT IS EXERCISED FOR THE SAKE OF GOALS WHICH ARE INDISPUTABLE: INDEPENDENCE, UNITY, AND THE LIBERATION OF THE FATHERLAND. Therefore, IT IS ENOUGH TO BE A MOZAMBICAN TO BE OBLIGED THROUGH PATRIOTIC DUTY TO OBEY FRELIMO¹⁶ (sic).

[...]

It is for that reason also that FRELIMO [...] acts so that ALL Mozambicans participate in the different task of the national liberation, whether or not, technically, they are members of FRELIMO¹⁷ (sic).

Reagindo ao que seria um presunçoso paternalismo da presidência da Frelimo, em relação ao nacionalismo moçambicano, aos estudantes no exterior do país e nas escolas dirigidas pelas Frelimo, na Tanzania, e a uma ameaça velada, que entendiam estar implícita naquela carta assinada pelo Dr. Eduardo Mondlane, signatários associados à secção norte-americana da UNEMO (União Nacional dos Estudantes de Moçambique), por intermédio de uma carta datada de Maio de 1968, intitulada “The Mozambican Revolution Betrayed”,¹⁸ denunciaram seu descontentamento político com o presidente da Frelimo, Dr. Eduardo Mondlane; caracterizando-o como “...failure as leader of a truly revolutionary Mozambican party.”¹⁹, “...an imperialist representative disguised as a Mozambican nationalist.”²⁰, que na Frelimo estaria a conduzir, à custa dos interesses pessoais e despóticos, uma política de “suicídio nacional”²¹.

¹⁶ MONDLANE, op.cit., p. 328.

¹⁷ Ibid., p. 329.

¹⁸ UNEMO/EXECUTIVE COMMITTEE-USA SECTION. The Mozambican Revolution Betrayed. *African Historical Studies*, Boston University, v. 3, n. 1, p. 169-180, 1970. Os signatários desta carta foram Marcos G. Namashulua (presidente), João H. Wafinda (Vice-presidente), Mario J. de Azevedo (secretário-geral), Gilberto Waya (Tesoureiro), Carlos Anselmo (secretário de imprensa) e Alberto Jama (auditor).

¹⁹ UNEMO/EXECUTIVE COMMITTEE-USA SECTION, op.cit., p. 170.

²⁰ Ibid., p. 170.

²¹ Ibid., p. 170.

Ao repudiarem as acusações de corrupção e traição que, segundo a carta do Dr. Eduardo Mondlane, os estudantes moçambicanos, no exterior, estariam sujeitos em face ao ambiente de intoxicação e corrupção imperialistas, em detrimento dos desígnios revolucionários da Frelimo, os signatários da carta da UNEMO, no fundo, denunciam o que classificam de uma postura despótica, “the totalitarian authority”²², do Dr. Eduardo Mondlane, e um ambiente de intimidação e abusos, implicando uma “prevalente desunião”²³ no seio da Frelimo. Apontam como sendo consequência dos abusos perpetrados no seio da Frelimo e em nível político-militar, os assassinatos de do comandante Filipe Samuel Magaia e de Sigaúke.

Breves referências sobre a história crítica em Moçambique

Para o historiador moçambicano, João Paulo Borges Coelho, é ainda escassa²⁴ a historiografia crítica sobre a história recente do país. Num contexto em que se vê abraçada pelo novo quadro político do Estado de Direito Democrático, proclamado pela Constituição da República de 1990, a emergência da história crítica, em Moçambique, parece consolidar a tese de formação social do estado-nação no país. Para esse historiador, essa escassez historiográfica reflete a prevalência da política sobre a história, cuja finalidade não seria outra senão assegurar a presunção da legitimidade política pela Frelimo:

[...] on the one hand, the monopoly of explanations of the past held by Politics, and within it by Frelimo, the ruling party and single source of authority in the post-independence period; on the other hand, the centrality of a specific account of the liberation which, codified as a script, became an instrument to legitimise that authority and render it unquestionable²⁵.

Nesse percurso historiográfico do país, é notável o debate em torno do desajuste entre a história oficial e a história social, entre a narrativa hegemônica e a pluralidade das narrativas sociais, expondo-se, doravante, o processo que conduziu, da declarada autoridade política da FRELIMO, com a sua fundação e I Congresso em 1962, legitimada pelo ideário anti-colonial e independentista, em Moçambique, para o autoritarismo político.

²² Ibid., p. 176.

²³ Ibid., p. 175.

²⁴ COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique: a set of epistemological notes. *Kronos*, Madrid, v. 39, n. 1, p. 20, jan. 2013.

²⁵ Ibid., 2013, p. 21.

Tendo em conta as circunstâncias da época em que o país vivia, o texto de co-autoria *Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique*²⁶, de Aquino de Bragança²⁷ e Jacques Depelchin, publicado em Maputo em 1986, é considerado um dos textos seminais²⁸ dessa historiografia crítica emergente no país. Um dos aspetos importantes desse texto é o fato dos seus autores terem tido a audácia de colocarem, diante de seus pares, perguntas que, na análise de fundo, não estão isentas de ambiguidades: se “Fazer a História da Frelimo corresponde a fazer a história de libertação nacional de Moçambique?”²⁹ ou seja: “[...] se produzir uma história da luta armada dirigida pela FRELIMO permite, automaticamente, compreender a história global do processo ao nível do país”³⁰.

A partir desse texto, Bragança & Depelchin esforçavam-se por contra-atacar as críticas, em torno da revolução “socialista” da Frelimo, seguida após a independência, feitas por autores estrangeiros, alguns dos quais eram até simpáticos à luta política, encabeçada pela Frelimo. Para Bragança & Depelchin, os críticos estariam equivocados, porque as análises que fizeram, do processo revolucionário, ainda vigente, na altura da publicação do texto, estavam repletas de erros, de reducionismos baseados na idealização da Frelimo e sua história como se de um “texto inalterável”³¹ se tratasse.

No entanto, Bragança & Depelchin reconheciam, na altura, a importância de uma crítica histórica que deveria suplantar a “problemática teleológica”³² da história. Transmitem, também, o reconhecimento de que se deveria suplantar a ideia, segundo a qual a independência do país, que eles próprios viam como sendo a prova da vitória da revolução levada a cabo pela Frelimo, ao longo do processo de luta pela independência do país, era a prova, em si mesma, da verdade histórica da narrativa dominante sobre a história recente do país. Decorrendo dessa equivalência equivocada, a crítica que fazem no texto, sobretudo aos seus pares da Frelimo, que pensavam que “[...] não há necessidade de colocar perguntas que ponham em dúvida esta questão.”³³ Bragança & Depelchin destacam que o erro das críticas lançadas sobre a revolução “socialista” da Frelimo estava no fato de não se “[...] analisar

²⁶ BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques. *Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique*. *Estudos Moçambicanos*, Moçambique, v.5, n.6, 1986.

²⁷ Aquino de Bragança foi diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Mpauto. Faleceu no fatídico acidente de Mbusini, em Outubro de 1986, na companhia do Presidente Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique.

²⁸ ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. *Kronos*, Madrid, v. .39, n. 1, p. 11, jan. 2013.

²⁹ BRAGANÇA, op.cit. p. 35.

³⁰ Ibid., p. 35.

³¹ Ibid., p. 32.

³² Ibid., p. 34.

³³ BRAGANÇA, op.cit., p. 34.

objetivamente o conteúdo, os limites e as contradições da vitória, sem cair no reducionismo [...] que simplifica e, portanto, distorce um processo complexo”³⁴.

Para Bragança & Depelchin, os críticos da Frelimo não prestavam atenção à flexibilidade política a que a própria Frelimo sujeitara-se, após a independência do país, em 1975, e ao que chamam de “falha estrutural”. A falta de atenção à flexibilidade política resultaria da idealização da Frelimo, derivada da referida “problemática teleológica” que via a Frelimo, tal como a sua história, como “um texto inalterável” e derivada, também, do que seria uma “falha estrutural” que des-historicizava, tornando atemporal a Frelimo e a história recente do país. A síntese da crítica que fazem no texto é a seguinte:

Fazer o balanço só a partir de 1975 introduz uma distorção que impede uma compreensão correcta do percurso e das transformações que afectaram a Frelimo na altura daquela transição histórica. Uma das implicações desta abordagem é que a Frelimo de 1975 é a mesma que a Frelimo das zonas semilibertadas e das zonas libertadas. [...]

Uma outra implicação, paralela, é que as contradições enfrentadas são mais ou menos as mesmas do que antes de 1975. E por isso não se estuda as diferenças.³⁵ (sic)

A partir dos autores, pode-se compreender que a referida “falha estrutural” da análise histórica sobre a situação do país, assente na “divergência entre a teoria e prática”³⁶, que afastava a Frelimo das massas, constituiu a condição que impedia “uma análise revolucionária da sociedade moçambicana [...]”³⁷ e, por conseguinte, que se enxergasse que “as dificuldades de enraizar uma ideologia revolucionária não podem ser compreendidas se são analisadas isoladamente das contradições e lutas em nível de toda a sociedade”³⁸.

Porém, não estando isentos da influência do contexto político da revolução “socialista” da Frelimo, na década de 1980, em que os autores estavam ideologicamente envolvidos, esse texto de Bragança & Depelchin é ambivalente, na medida em que, por um lado, reconhece a importância da crítica histórica; por outro, cumpre a função ideológica que reafirma a secundarização da própria crítica em relação à revolução “socialista” da Frelimo que, pode-se entender do texto, seria a solução dos problemas enfrentados pelo país, após a independência. Para eles, a análise histórica que, na altura, era feita, não deveria estar

³⁴ Ibid., p. 34.

³⁵ Ibid., p. 42-43.

³⁶ Ibid., p. 46.

³⁷ Ibid., p. 45.

³⁸ Ibid., p. 46.

desvinculada da necessidade de se “[...] aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique”³⁹.

Apesar da pretensa importância que atribuem à crítica histórica, a análise de Bragança & Depelchin é, infelizmente, limitada pelas próprias balizas ideológicas que comprimem e tornam-na ambígua. Ao abordarem o chamado “espírito de vitória”, acabam, inadvertidamente, por revelar os indícios do questionamento interno, entre os militantes da Frelimo, da legitimidade política desta revolução em Moçambique: “O espírito de vitória é uma manifestação de oportunismo de esquerda. [...]. O espírito de vitória é irmão gêmeo do espírito de derrota, o oportunismo de esquerda é a outra face do oportunismo de direita”⁴⁰.

Poderíamos admitir que, o que mais preocupava Bragança & Depelchin, era o desenlace entre a autoridade política e a legitimidade política. Preocupava-os, a possibilidade de uma Frelimo, carregando no seu seio militantes cínicos com a mente voltada para os oportunismos, declaradamente, inimigos da direita.

A temática sobre a história, política e formação do estado-nação está presente no cerne da história crítica que foi desencadeada, de forma mais pronunciada, a partir da década de 1990, no país. A etnicidade e a legitimidade política do processo de formação do estado-nação figuram como aspetos que demarcam, segundo vários autores que se dedicam sobre a história recente do país, a condição crítica desse processo.

Consideremos o debate desencadeado pela tese do historiador francês Michel Cahen, segundo a qual Moçambique é um país sem nação. A publicação em Maputo, da referida tese, num artigo do autor inserido no livro *Moçambique: etnicidades, nacionalismos e o estado: transição inacabada*,⁴¹ faz parte do relançamento, na academia moçambicana, do debate que, segundo o sociólogo moçambicano Carlos Serra, “[...] faltava fazer no nosso País hoje, fora do ‘politicamente correcto’ e das ilusões de transparência, numa modernidade na qual se põe, com crescente acuidade, o problema da identidade grupal e da relação com o Outro”⁴². A tónica central, analisada nesse livro, foi no sentido de apontar a tese de que a consagração do território colonial em território do estado-nação não cria *per si* a nação.

Para Michel Cahen, Moçambique é um país sem nação, em decorrência da heterogeneidade de nações (referindo-se aos grupos étnicos existentes no país) que,

³⁹ BRAGANÇA, op.cit, p. 32.

⁴⁰ MACHEL, op.cit. p. 50.

⁴¹ MAGODE, José (Ed.). *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o estado. Transição inacabada*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais/Instituto Superior de Relações Internacionais, 1996.

⁴² SERRA, C. (Dir.). *Identidade, moçambicanidade e moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998. p. 11.

resultando, em cada caso, de longo processo de cristalização identitária nacional, concorre para um futuro inimaginável, face à condição periférica do estado moçambicano ser incapaz de garantir o progresso, fundamental para a formação de uma nação moçambicana no país. Nessa perspectiva, vê a incipiência dos discursos políticos de “libertação nacional”⁴³, do contexto da luta armada pela independência, porque o referido nacionalismo, nas condições históricas de Moçambique, não cria uma nação, na medida em que não corresponde com a expressão política de um movimento social nacionalista pré-existente no país.

Essa tese, amplamente defendida nas várias publicações do historiador francês, provocou reações diversas, no seio da academia moçambicana. Para o sociólogo moçambicano, Moçambique é uma nação porque existe no país a vontade política e o consentimento do país como uma “comunidade de destino”.

Eduardo Mondlane tinha consciência da precariedade da noção nacionalista. Ele próprio reconheceu que a colonização portuguesa tinha criado o quadro dentro do qual o sentimento nacionalista se poderia desenvolver. A Frelimo entendeu-se como coaliscente desse sentimento, como instrumento de projecção dessa comunidade imaginada que é hoje Moçambique⁴⁴.

Tanto quanto parece, não existe uma diferença de fundo entre o historiador francês Michel Cahen e o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, quanto ao critério central para a existência da nação. Para o primeiro, em Moçambique não existe uma nação porque não se pode falar de um movimento social que, em termos políticos, expressa uma vontade política ou consentimento nacional. Quer dizer que, havendo essa condição, existiria a nação moçambicana. Nesse princípio, Michel Cahen não difere do princípio da vontade, do consentimento que norteia a tese do sociólogo moçambicano em defesa da existência da nação moçambicana.

É também na sequência de reações à tese paradigmática do historiador francês que surge a publicação de trabalhos, em várias áreas das ciências sociais e humanas, feitos por acadêmicos moçambicanos. Sob a direção do historiador e sociólogo moçambicano Carlos Serra, foi publicado o livro de artigos *Identidade, moçambicanidade e moçambicanização* (1998)⁴⁵. Através dessa publicação, acadêmicos moçambicanos, formados na área da sociologia, filosofia, história, literatura, etc. vieram defender o caráter processual, relacional e

⁴³ CAHEN, op.cit., p. 25.

⁴⁴ MACAMO, Elísio. A nação moçambicana como comunidade de destino. *Lusotopie*, p. 359-360, 1996. Resposta ao artigo do historiador francês Michel Cahen que afirmara que Moçambique não existe“. Ver CAHEN, Michel; Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos?. *InforAfrica Confidencial*, n. 63, jul. 94.

⁴⁵ SERRA, op.cit., 1998.

dinâmico da identidade moçambicana, analisada enquanto processo de identificação nacional, então denominado processo de moçambicanização.

Retomava-se, desse modo, a colocação sobre a problemática da questão de legitimidade política e o processo de formação social do estado-nação em Moçambique, feita anteriormente, no início da década de 1990⁴⁶.

Severino Ngoenha, filósofo, define a identidade moçambicana em duas perspectivas temporais: como herança psicológica, relativa à coragem e à valentia de muitos homens e mulheres que lutaram, que se sacrificaram e dos quais muitos morreram pela nossa independência, pela nossa soberania, pela nossa liberdade ⁴⁷; e como uma visão filosófica em tanto que um dever e uma tarefa: dever de conservar a liberdade e a soberania duramente conquistadas; tarefa de as consolidar e de as incrementar para as gerações futuras⁴⁸.

Por sua vez, Carlos Serra, sociólogo, define moçambicanização como

[...] um jogo de báscula intensamente simbólico e polissêmico cuja consolidação dependerá, entre outros fenómenos, da capacidade que as elites políticas revelarem para evitar, por exemplo, as desigualdades económicas regionais. Quanto mais estas se mantiverem, maiores serão o peso, a intensidade e o potencial de corrosão a cargo dos processos etnicitários, muitas vezes de natureza anômica⁴⁹.

Em 2001, é publicado o livro *Moçambique: ensaios*,⁵⁰ organizado por Peter Fry, que reúne artigos, cujo cerne é o estado e a nação moçambicanos. Sérgio Baleira, no artigo que publica nesse livro, articula a condição crítica, que recai sobre o estado, em relação à nação, em Moçambique, e conclui que o “Estado soberano é a condição *sine qua non* para o reconhecimento ou legitimidade da nação”⁵¹. A perspectiva construtivista que caracteriza essa afirmação reconhece que reside no estado o papel de construção da nação e que a legitimidade política do estado é um fator importante nesse processo construtivo. A tônica geral, que orienta a perspectiva construtivista em Moçambique, aponta a legitimidade do estado como condição política de que depende a formação de uma nação moçambicana no território ex-colonial de Moçambique.

⁴⁶ ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. 1. ed. Maputo: Padriгу; CEEI-ISRI, 1994; veja também, Id. *Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique*. Maputo: Padriгу; CEEI-ISRI, 1998.

⁴⁷ NGOENHA, op.cit., p. 17.

⁴⁸ Ibid., p. 17.

⁴⁹ SERRA, op.cit., p. 181.

⁵⁰ FRY, Peter (Org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

⁵¹ BALEIRA, op.cit., p. 167.

Recentemente, tem vindo à tona a publicação de livros sobre a história da luta armada que conduziu à independência do país.⁵² Não obstante a importância dos testemunhos dos seus autores sobre fatos relativos aos processos da luta armada e da independência, na generalidade, esses livros articulam o conteúdo de essência triunfalista presente na narrativa histórica de legitimação política da Frelimo.

Mais recentemente, foi publicado o livro *Em Torno dos Nacionalismos em África*,⁵³ cujos artigos, todos eles sobre Moçambique, partilham abordagens críticas que, tanto apontam para a pluralidade dos nacionalismos, como também, logicamente, levam a que se pense na eventualidade das “nações” constituídas à base de concepções nacionalistas fechadas⁵⁴. Sendo as concepções desse tipo criticadas pelos autores nos seguintes termos:

Encarar os nacionalismos à luz de uma leitura teleológica e finalista da história leva a considerá-los como irreversíveis e como marcos de uma identidade única e imprescritível, tendencialmente excludente de outras identificações e lealdades dos indivíduos⁵⁵.

Narrativa e a condição pós-colonial em Moçambique

O surgimento da história crítica, em Moçambique, retoma, no país, a atualidade da temática sobre o pós-colonial em Moçambique. Indicativo de que, efetivamente, existe a questão de legitimidade política nos processos locais de formação do estado-nação em Moçambique, que surge na generalidade dos casos em África, com os movimentos nacionalistas querendo, segundo Boubacar Barry, impor uma identidade histórica comum, num contexto de sociedades plurais, que vivem sua história a longo prazo⁵⁶.

A África depara-se, nas vésperas da sua libertação colonial, com o choque conflitante, repercutido no debate político e literário entre as elites intelectuais africanas, entre a descolonização e o estado-nação, provocado pela linearização histórica e política que se visou a consagrar para legitimar o estado e o território pós-colonial: “O estado-nação

⁵² Ver, entre outros: COUTO, Fernando Amado. *Moçambique: o fim do império e o nascimento da nação*. 1. ed rev. e aum. Maputo: Ndjira, 2011; VIEIRA, Sérgio. *Participei, por isso testemunho*. 2. ed. Maputo: Ndjira, 2011.

⁵³ NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio (Org.). *Em torno dos nacionalismos em África*. Maputo: Alcance, 2013.

⁵⁴ NASCIMENTO, op.cit., p. 16.

⁵⁵ Ibid., p. 16.

⁵⁶ BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. South-South Exchange Programme for Research on the History of Development/Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes: Amsterdam/Rio de Janeiro, 2000. p. 34.

aprisionou a história na dupla camisa de força da unanimidade e silêncio com o objetivo de apagar as diferenças e contradições na competição pela obtenção de poder e riqueza do estado-nação”⁵⁷.

Os nacionalismos africanos, das décadas de 1960 e 1970, conceberam sua legitimidade política à luz da noção essencialista e abstrata de consentimento popular de autoridade política nacional às organizações políticas que lideraram os movimentos nacionalistas independentistas. Naturalmente, essa base, objetiva e abstrata, previu a eventualidade dessa base de legitimidade política, cujas indicações imediatas de fragilidade foram, em vários países africanos, a concepção de ideologias revolucionárias caracterizadas por autoritarismos políticos.

J.P. Borges Coelho aponta que a eficiência do discurso de legitimidade política da Frelimo dependeu da simplicidade narrativa da manipulação das oposições binárias: “[...] fair versus unfair, nationalist versus colonial, revolutionary versus reactionary, modern versus traditional, military versus civil, urban versus rural and so no”⁵⁸. Quanto a nós, se nos parece que, face aos contextos hegemônicos internacionais do capitalismo global, o autoritarismo político e ideológico em Moçambique, a capacidade de reconhecer a condição pós-colonial de localidade do país e de, a partir daí, estabelecer alianças estratégicas de continuidade no poder do estado, terão sido características significativas da política da Frelimo. A flexibilidade em estabelecer alianças estratégicas com os principais pólos de força, no plano internacional, tem constituído um mecanismo efetivo da Frelimo assegurar sua permanência no controle do poder no estado moçambicano.

Tal como nota Borges Coelho, essa flexibilidade acabaria por ser refletida na narrativa da “libertação nacional” do país: “[...] it had to be flexible in order to permit adaptation to the ever changing context, and therefore to keep its capacity for responding in different circumstances; [...]”⁵⁹ Considerar essa flexibilidade, implica reconhecer que o discurso contido na ideologia revolucionária “socialista” demonstrou os seus limites políticos e ideológicos, em face da flexibilidade estratégica da política seguida pela própria Frelimo na governação do país.

De modo geral, os nacionalismos africanos e as respectivas ideologias revolucionárias não foram tão independentes quanto os discursos ostentam, se vistos em relação às declarações hegemônicas das potências ex-coloniais sobre a inviolabilidade da

⁵⁷ BARRY, op.cit., p. 56-57.

⁵⁸ COELHO, op.cit., p. 23.

⁵⁹ Ibid., p. 39.

integridade territorial das ex-colônias. Quer dizer que, de certo modo, as ideologias revolucionárias e os autoritarismos políticos que caracterizaram os processos de edificação dos estados independentes, em última análise, terão sido consentidos pelas próprias potências ex-coloniais, enquanto processos locais de legitimação política interna da integridade territorial das ex-colônias, onde deveria se edificar o estado periférico no sistema-mundo⁶⁰.

Para Maria-Benedita Basto, a luta armada pela independência do país não fundou a cultura política ou a cultura nacional em Moçambique. A luta cultural para a criação de uma cultura nacional em Moçambique, que se desenvolveu ao longo do percurso da luta armada e após a independência do país, constituiu a base do estado revolucionário.⁶¹ Essa luta cultural não pode ser separada da narrativa dominante da luta pela independência do país, objetivada como o fundamento da legitimidade política do autoritarismo político e ideológico, levado a cabo pela Frelimo, em nome da sua revolução “socialista”.

Por isso é que J. P. Borges Coelho afirma que “[...] a luta de libertação era uma ideia do passado que veio a formar o núcleo e a substância do processo de construção da nação, e a determinar o desenvolvimento político nos quinze anos que se seguiram à declaração da independência, em 1975”⁶². Essa narrativa nacionalista circunscreveu toda uma longa história do país, simplificando-a numa breve experiência: a “luta armada como única experiência”⁶³. Estabelecendo, nesse tempo breve da luta pela independência, o tempo fundante da cultura nacional ou da nação moçambicana, no qual o herói é a própria Frelimo, por sinal, a própria figura narradora e titular do discurso.

É fácil tecer asserções de que existe nação⁶⁴ *x* ou *y*. Mas, enquanto desse modo se procede, é difícil não se reconhecer ou admitir articulações de conveniência ou convencionais, subjacentes às asserções de existência de uma nação. Parece ser bem cômodo definir nação como um processo social formativo. Pretensamente, pressupõe-se dizer que, tal processo é, na sua forma imaginária, aberto e convergente, tal qual Anthony Smith parece sugerir: “For, in so far as the nation is a form that is never finally achieved, but is always being developed, its

⁶⁰ CF. WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme; Cambridge University Press, 1979.

⁶¹ BASTO, op.cit., p. 106.

⁶² COELHO, J. P. Borges. *Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique*. Coimbra, 1 jun. 2011, p. 3.

⁶³ Ibid., p. 6.

⁶⁴ “[...] I would no longer use expressions such as ‘national liberation wars’, ‘national liberation movement’, ‘nationalist fronts’ or ‘nationalism’, preferring only ‘anticolonial movement’ or ‘anticolonial liberation wars’, except when the above terms are related to political expressions of indisputable nations”. CAHEN, op.cit., p. 25.

features are the outcome of incremental cultural, social and political processes”⁶⁵. O que é, também, uma justificação plausível quando não se tem como dizer o que, de fato, é a nação.

Anthony Smith admite que há de existir referências étnico-simbólicas pré-modernas na origem histórica das nações: “the modern nation, to become truly a ,nation’, requires the unifying myths, symbols and memories of pre-modern ethnies”⁶⁶. Ao contrapor o ideal-tipo modernista de nação, que define nação como uma associação humana “territorial, político-legal, civil-participativa, cultural-homogênia, soberana, internacional e nacionalista”⁶⁷, o ideal-tipo de nação em Anthony Smith não deixa de ser controverso, porquanto tende a minimizar o fator convencional e contextual que preside a própria classificação e identificação étnica, a partir da qual se define nação. Ele explora a ideia de comunidade cultural para definir nação nos seguintes termos:

On this account, we may define nation as a named and self-defined human community whose members cultivate common myths, memories and symbols, possess a distinctive public culture, occupy a historic homeland, and observe common laws and shared customs⁶⁸.

De fato, a dificuldade reside em definir a nação, porque no exacto momento em que se procede em definí-la, recorrendo-se a uma vinculação ambígua, de étnica ou comunidade cultural, por exemplo, acaba-se por consagrar as conveniências políticas internas, regionais ou internacionais em que se encontra alicerçada a geopolítica dos estados-nações.

Tal como elas existem, os estados-nações não têm a sua origem histórica na presunção de uma origem parental, de comunidade de sentimento, vontade ou consciência. Entendendo-se, por origem parental, toda aquela concepção que articula um remoto vínculo de parentesco ou de comunidade histórica para formular, em narrativa, uma referência de origem histórica comum que justifique, num determinado contexto político regional, a existência de um estado-nação ou nação.

É nessa lógica que enquadraríamos a tese do Dr Eduarado Mondlane, de nacionalismo moçambicano, da qual procurou fundar a base de legitimidade política para a formação do estado-nação moçambicano. Como é que se pode compreender tal tese, em Moçambique e noutros países independentes de África, tendo em conta que os limites territoriais da referida nação têm sua origem num fenómeno histórico-cultural anômalo, que

⁶⁵ SMITH, Anthony D. *The antiquity of nations*. Cambridge: Polity Press, 2008, p. 16.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 44.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 15.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 17.

foi a partilha imperialista ocidental, do continente africano, em finais do séc. XIX, e cujas colônias daí constituídas foram, posteriormente, consagradas em nações ou estado-nação, grosso modo, a partir da década de 1960?

A teoria nacionalista, em que se enquadra a tese do Dr Mondlane, assenta sobre duas perspectivas de legitimação política interna da ideia de existência de nação: *i.* da originalidade, que defende que a ideia de nação tem origem na própria história da contestação colonial e *ii.* da unidade, que defende que a ideia de nação corresponde com a „intenção“ nacionalista constante na luta anti-colonial.

Alusões frequentes, na teoria nacionalista, visam a transmitir a tese de primazia da “intenção“ nacionalista, sobrepondo-a à causa da luta anti-colonial, necessariamente, não nacionalista. Ou seja, alude-se à primazia do nacionalismo como tendo sido o fator de unidade da luta dos colonizados: “Não parece restarem dúvidas de que o nacionalismo moçambicano funcionou como factor de unidade na luta contra o colonizador, captando, para o efeito, os apoios favoráveis ao intento nacionalista”⁶⁹. No entanto, a contradição que surge quando se dá primazia na “intenção” nacionalista, ao invés da causa anti-colonial, comum dos colonizados, é indicada na seguinte constatação dos fatos, segundo a qual “À data em que ocorreu a independência, para além da ideologia, eram frágeis os referenciais a que o nacionalismo podia recorrer para afirmar a unidade nacional”⁷⁰.

Ao consagrar a colónia ou a experiência colonial como o núcleo, a partir do qual, evoca-se o nacionalismo moçambicano, fundamento cultural ou identitário para a existência e legitimidade política do estado-nação moçambicano, Dr. Eduardo Mondlane apresenta-se como precursor da ideologia nacionalista pós-colonial no país.

O termo pós-colonial é utilizado para se referir à crítica da historiografia, discursos e narrativas eurocêntricos e colonialistas e às ambivalências anti-coloniais. Como enunciação da teoria pós-estruturalista e pós-fundacional, que insere o capitalismo como um elemento heterogêneo da matriz fundante da história e cultura pós-colonial, o pós-colonial é alvo da crítica estruturalista, segundo a qual ela vai de encontro a uma ideologia de reajuste da moderna historiografia colonialista, cujo sentido é tornar invisível a hegemonia capitalista eurocêntrica no presente contexto do capitalismo global e seu carácter fundante na história do colonialismo⁷¹.

⁶⁹ ROCHA, op.cit., p. 125.

⁷⁰ Ibid., p. 131.

⁷¹ Cf. SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”: social text, n. 31/32. *Third World and Post-Colonial Issues*, Duke University Press, 1992; PRAKASH, Gyan. Postcolonial criticism and Indian Historiography: social text n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, Duke University Press, 1992; DIRLIK, Arif. The postcolonial

Diferente dos anteriores modelos de reajustes da autoridade política colonial, registrados ao longo da história colonial, em que a marca principal foi o enquadramento administrativo das autoridades tradicionais, “os estados-nações, independentes em África refletem, limites fundacionais”⁷², as discrepâncias e os essencialismos narrativos, a intotalidade das estruturas de resistência e dominação encobertas pelas historiografias coloniais e nacionais.

Parece importante estabelecer a distinção entre a noção de totalidade do sistema hegemônico capitalista e a noção de totalidade da dualidade colonial. Sobre essa segunda noção, José Cabaço defendeu que o pilar do colonialismo português, em Moçambique, e por extensão também noutras colónias em África, se caracterizou pela “essência dualista”⁷³, rebatendo o discurso lusotropicalista colonial e de Gilberto Freire. Eduardo Mondlane já desvalorizara essa teoria lusotropicalista de Gilberto Freire, questionando o mítico “sucesso português nos trópicos”⁷⁴, que seria decorrente da “essência do carácter português” predestinada a “conduzir o Mundo para a harmonia racial e para construir um vasto império composto de povos de várias cores, religiões e grupos linguísticos”⁷⁵.

Parece-nos aceitável, a característica dualista da sociedade colonial, se observarmos que as diversas formas de contestação social, expressas pelos africanos, foram uma reação contra a “violência atmosférica”⁷⁶, impregnada pelo racismo do estado colonial português: “A contradição fundamental da ordem colonial reside nesse dualismo insolúvel; a polarização ‘racial’ é o aspecto principal dessa contradição”⁷⁷. No entanto, é questionável que se tenha tratado de um “dualismo insolúvel”, se observarmos que a história da administração colonial portuguesa e a própria história política, que culmina no nacionalismo moçambicano, caracterizaram-se pela permeabilidade dessa dualidade colonial.

Ao reconhecer que tal permeabilidade tenha sido “marginal” e numa “faixa estreitíssima e precária”, J. Cabaço estaria, inadvertidamente, a reconhecer a permeabilidade da estrutura colonial que contrapõe sua tese de totalidade da dualidade⁷⁸.

aura: third world criticism in the age of global capitalism. *Critical Inquiry* 20, University of Chicago, Winter 1994.

⁷² PRAKASH, op. cit., p. 14.

⁷³ CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: UNESP, 2009.

⁷⁴ FREIRE, Gilberto; MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977. p. 32.

⁷⁵ MONDLANE, op.cit., p. 32.

⁷⁶ Cf. CABAÇO, José Luís. Violência atmosférica e violências subjectivas: uma experiência pessoal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 76, 2011.

⁷⁷ CABAÇO, op. cit., p. 36.

⁷⁸ Ibid., p. 37.

Ao defender o “carácter de totalidade dessa dualidade”, ainda que reconheça o “significado marginal” dos “espaços de intermediação entre os dois polos que o colonialismo agita” e “mínimo o espaço para dinâmicas de interacção real e activa”⁷⁹, J. Cabaço desconstrói a teoria de enquadramento colonial. Nessa perspectiva, J. Cabaço estaria a sugerir que as condições existenciais, impostas pelo mercado do trabalho, afetariam apenas os africanos ou vice-versa. Não observando a reciprocidade da dependência e apropriação colonial e os limites práticos da capacidade da mão-de-obra portuguesa que se refletiu no enquadramento colonial.

Para Gyan Prakash, a crítica pós-colonial enfatiza a heterogeneidade que emerge na história ao se reconhecer a função colonial das oposições fundantes: “[...] postcolonial criticism [...] emphasis on heterogeneity [...] arises from the recognition that the *functioning* of colonial power was heterogenous with its founding oppositions”⁸⁰. É nesse âmbito que Homi Bhabha fala da dupla articulação da autoridade colonial, representada pela indeterminação das estruturas de dominação colonial, descrita no conceito de mimetismo:

The authority of that mode of colonial discourse that I have called mimicry is therefore stricken by an indeterminacy: mimicry emerges as the representation of a difference that is itself a process of disavowal. Mimicry is, thus, the sign of a double articulation; a complex strategy of reform, regulation, discipline, which ,appropriates’ the Other as it visualizes power. Mimicry is also the sign of the inappropriate, however, a difference or recalcitrance which coheres the dominant strategic function of colonial power, intensifies surveillance, and poses an immanent threat to both ,normalized’ knowledge and disciplinary powers⁸¹.

A ambivalência da dominação e resistência caracterizaria uma situação em que a estabilidade da autoridade política parece-se com a apropriação recíproca de um determinado contexto entre o dominador e o resistente, tornada invisível pelas narrativas essencialistas, contidas nas historiografias coloniais e nacionalistas. Por razões legitimativas das ideologias de raça, classe e nação, ou estado-nação, essas historiografias não dão conta das inflexões que caracterizam os reajustes estruturais de dominação e resistência, tal como parecem indicar ,em distintos contextos da chamada pacificação da África, a dupla apropriação intermediada pelos tratados de vassalagem, amizade ou de proteção, assim como pelos acordos de independência nacionais. A noção de inflexão, vista como reajustes das estruturas de dominação colonial e resistência anti-colonial, representados no estatuto consagrado dos estados-nações

⁷⁹ Ibid., p. 36-37.

⁸⁰ PRAKASH, op.cit., p. 16.

⁸¹ BHABHA, Homi. of mimicry and man: the ambivalence of colonial discourse. *Discipleship: a special issue on psychoanalysis*, v. 28, p. 126, oct.1984.

independentes, herdeiros dos territórios ex-coloniais, incorpora uma situação de conciliação e de negociação entre essas estruturas. Os estados-nações representam a convenção consagrada entre as estruturas centrais, historicamente vinculadas à dominação colonial e as estruturas locais, associadas às histórias de resistência anti-colonial, pela qual se estabeleceu o paradigma da integridade em África no presente contexto global da hegemonia capitalista.

Ao contemporizar o colonialismo e o pós-colonial, Stuart Hall define o colonialismo como sendo processo global e transcultural de formação de histórias diaspóricas, localmente diferenciadas, que seriam resultantes do caráter dialógico e da dupla inscrição das relações coloniais. A partir dessa concepção do colonialismo, procura rebater a cronologia ambígua do pós-colonial com que se deparam os críticos pós-coloniais⁸², em face das diferentes temporalidades da história da descolonização. Sem deixar de considerar as diferentes temporalidades contidas nas histórias internas das próprias ex-colônias, Stuart Hall propõe uma perspectiva narrativa de descentramento da história moderna e do próprio colonialismo, que transcenda os limites epistemológicos das narrativas eurocêntrica e estruturalista da história, marcadas por teóricas mistificações das categorias binárias de classe, que vinculam a compreensão da história às lutas de classe.

Understood in its global and transcultural context, colonisation (...) made the ,colonies' themselves, and even more, large tracts of the ,post-colonial' world, always-already ,diasporic' in relation to what might be thought of as their cultures of origin. The notion that only the multi-cultural cities of the First World are ,diaspora-ised' is a fantasy which can only be sustained by those who have never lived in the hybridised spaces of the Third World, so-called ,colonial', city"⁸³.

Para Stuart Hall, o pós-colonial reconheceria as diferenças locais, profundas, da história social dos espaços coloniais e entre o colonizado e o colonizador e redefiniria a imagem do colonialismo que, teoricamente, vem sendo estruturada na lógica do binarismo puro, porque para ele “The differences, of course, between colonising and colonised cultures remain profound. But they have never operated in a purely binary way and they certainly do so no longer”⁸⁴. A proposta teórica de Stuart Hall, do pós-colonial como expressão global de diferentes histórias coloniais de formação de culturas diaspóricas, enquadra as teses de formação social da nação nas ex-colônias, sendo, para o caso de Moçambique, paradigmática

⁸² Cf. SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”: social text, n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, Duke University Press, p. 99-113, 1992.

⁸³ HALL, Stuart. When was ,the post-colonial'? Thinking at the limit. In: CHAMBERS, Alain; CURTI, Lidia (Ed.). *The post-colonial question*. London and New York: Routledge, p. 249-250, 1996.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 247.

a tese mondlaneana de experiência colonial comum, como justificativa histórica da legitimidade política do imaginário identitário nacionalista moçambicano.

Por um lado, a tese mondlaneana evoca e enuncia, no plano político, a ideia de pertença a uma colónia-território da nação, já historicamente preexistente no discurso protonacionalista de autonomia política da colónia; por outro lado, no plano cultural, evoca e enuncia o discurso de justificação da teoria de formação cultural proposta por Stuart Hall.

Para Immanuel Wallerstein, a economia-mundo capitalista vem se consolidando no século XX como o único sistema-mundo, cujo carácter de totalidade decorre da condição de interdependência em que hoje se encontram, sistemática e funcionalmente, incorporadas todas as diversas sociedades continentais da África, Ásia, América, Europa e Oceânia. I. Wallerstein estabelece a seguinte definição de um sistema-mundo:

[...] existence within it [sistema-mundo] of a division of labor, such that the various sectors or areas within are dependent upon economic exchange with others for the smooth and continuous provisioning of the needs of the area. Such economic exchange can clearly exist without a common political structure and even more obviously without sharing the same culture⁸⁵.

Não obstante o descontentamento interno generalizado, sobretudo nos estados fracos ou periféricos, decorrente da condição desproporcional que caracteriza o sistema da economia-mundo capitalista, I. Wallerstein teoriza que, é da interdependência sistêmica e funcional entre as três estruturas, nomeadamente o centro, a semi-periferia e a periferia, que se assiste a contínua consolidação da estabilidade política do sistema capitalista; cuja essência é a hegemonia dos estados fortes, os países do capitalismo industrial ou do centro, em detrimento dos estados fracos ou da periferia. Para o efeito, operam três mecanismos cuja modificação da forma seria, em nosso entender, um reajuste histórico do modelo de autoridade política dentro do sistema, mas que não põe em causa a estabilidade do sistema e a condição desproporcional entre os estados fortes do centro e os estados fracos da periferia. Designadamente, a supremacia militar do centro, o cometimento ideológico, não confundido com legitimidade, tal como frisa I. Wallerstein, e a dependência política dos estados fracos em relação ao centro e, por último, a de-polarização do descontentamento interno e das estratégias de oposição e resistência subjacente na atuação das estruturas intermédias ou semi-periferia⁸⁶.

⁸⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme e Cambridge University Press, 1979. p. 5.

⁸⁶ WALLERSTEIN, op.cit., p. 22-23.

Por condição desproporcional, referímo-nos à noção de I. Wallerstein, segundo a qual “[...] capitalism involves not only appropriation of the surplus value by an owner from a laborer, but an appropriation of surplus of the whole world-economy by core areas”⁸⁷, ou seja, “The strengthening of the state machineries in core areas has as its direct counterpart the decline of the state machineries in peripheral areas”⁸⁸.

I. Wallerstein aponta que a descolonização constituiu uma estratégia política, contemporânea ao processo de recentramento da hegemonia capitalista, com o surgimento da economia capitalista norte-americana que, em meados do século XX, vê a descolonização da África e da Ásia como uma alternativa em resposta ao contexto hostil que se estabelece nos mercados socialista e comunista do leste europeu e da China com a Guerra Fria⁸⁹. Portanto, a descolonização, nesses continentes, constituiria um novo contexto político de periferização capitalista dos mercados das regiões então colonizadas, nas quais assiste-se à modificação da forma ou o reajuste da autoridade política, consolidando-se o sistema da economia-mundo capitalista.

Sendo assim, os nacionalismos e os estados-nações surgem como movimentos políticos locais, que reivindicam, perante o centro, a legitimidade política das localidades dentro do sistema-mundo capitalista. Expressando, na prática política, os limites e as ambivalências da totalidade e da localidade, enquanto estruturas interdependentes do sistema. Modificam-se as formas históricas de autoridade política do centro sobre as localidades. Ainda que a tal modificação seja inelutável e se institue em soberania nacional, ela não resulta na independência da localidade em relação ao centro ou em relação à totalidade do sistema⁹⁰.

Para Arif Dirlik, o pós-colonial é uma condição do capitalismo global⁹¹, dado que a teoria pós-estruturalista e pós-fundacional, contida na crítica da narrativa da história moderna e colonial, em nome de uma história que privilegie o descentramento, vai de encontro ao contexto de uma ampla estratégia ideológica pós-moderna do capitalismo, de negociação, repudição de oposições e categorias binárias e de controle de mercados. Diferindo-se do capitalismo moderno, historicamente caracterizado pela centralidade da região capitalista euro-americana, o que caracterizaria o capitalismo global é o descentramento regional, dado que o centro do capitalismo global é representado pelas várias

⁸⁷ Ibid., p. 18-19.

⁸⁸ Ibid., p. 20.

⁸⁹ Ibid., p. 31.

⁹⁰ WALLERSTEIN, op.cit., p. 24-25.

⁹¹ DIRLIK, op. cit.

corporações transnacionais: “[...] it is increasingly difficult to point to any nation or region as the center of global capitalismo”⁹².

Ainda que se reconheça tal descentramento que o capitalismo global confere ao presente quadro de relações globais, para Arif Dirlik é uma ilusão pensar que não existe uma força estruturante que preside o próprio capitalismo global, permeado por uma hegemónica narrativa eurocêntrica, tornada invisível pelo discurso pós-estruturalista e pós-fundacional.

Eurocentrism, as the very condition for the emergence of these alternative voices, retains its cultural hegemony; but it is more evident than ever before that, for this hegemony to be sustained, its boundaries must be rendered more porous in order to absorb alternative cultural possibilities that might otherwise serve as sources of destructive oppositions⁹³.

No entanto, Arif Dirlik reconhece a crítica válida do grupo dos estudos subalternos, segundo a qual as narrativas unitárias de classe e política interna, evocadas nos discursos nacionalistas anti-coloniais e anti-imperialistas, desacentuam as historicidades das relações políticas nas ex-colónias, elidindo as contradições e as ambiguidades de classe, raça, as consagrações e cedências neocoloniais incorporadas nos estados-nações independentes da Ásia, África e América Latina.

Não obstante a validade da crítica pós-colonial, apresentada nos estudos subalternos, propondo a atualidade da narrativa pós-estruturalista e pós-fundacional, em face aos processos históricos locais e globais, o oportuno enquadramento do termo pós-colonial nas prestigiadas instituições acadêmicas anglo-americanas, que se apresentam como o lugar de enunciação dessa crítica pós-colonial, levantou a suspeita em torno da ambivalência política e teórica do discurso pós-colonial. A questão colocada é se, inadvertidamente, com a enunciação do pós-colonial, pelos intelectuais integrantes do grupo dos estudos subalternos, como discurso pós-estruturalista e pós-fundacional, não se estaria a corroborar com o discurso eurocêntrico, que visa a tornar invisível as novas estruturas capitalistas de hegemonia neocolonial.

Para Ella Shohat, o discurso pós-estruturalista e pós-fundacional, contido na ambivalência do termo pós-colonial, pode visar à transcendência de novas formas de dominação neocolonial: “Colonialism’ and ,neocolonialism’ imply both oppression and the possibility of resistance. Transcending such dichotomies, the term ,post-colonial’ posits no

⁹² Ibid., p. 349.

⁹³ Ibid., p. 354.

clear domination, and calls for no clear opposition”⁹⁴. No lugar de se reformular práticas de resistência contra as novas formas de dominação pelo sistema capitalista hegemônico, para Dirlik, o discurso pós-colonial estaria a consolidar as estratégias políticas e teóricas neocoloniais, subvertendo as possibilidades de resistência:

Postcolonial critics have engaged in valid criticism of past forms of ideological hegemony but have had little to say about its contemporary figurations. Indeed, in their simultaneous repudiation of structure and affirmation of the local in problems of oppression and liberation, they have mystified the ways in which totalizing structures persist in the midst of apparent disintegration and fluidity⁹⁵.

⁹⁴ SHOCHAT, op. cit., p. 107.

⁹⁵ DIRLIK, op.cit., p. 356.